

O Sr Rafael de Almeida Magalhães é o mais antigo liberal udenista de sua geração. Tem uma carreira completa. Acreditou num regime democrático gerido por bacharéis, quando o país tinha bacharéis no Poder. Acreditou, em 1964, num regime duro reformado por militares, quando o país teve seu primeiro Governo militar. Acreditou, entre uma coisa e outra, no lacerdismo, quando o país também acreditava em Carlos Lacerda. Passou a descrever da utilidade de ficar no Congresso, depois do AI-5, e pouca gente no país discutiria então essa atitude. Chega de volta com a redemocratização, junto com o país. Nada de espantar na biografia de uma pessoa de 70 anos. Mas o Sr Rafael de Almeida Magalhães fez tudo muito depressa, em 47.

Campeão de futebol de praia, não aceitou ser profissional quando os grandes clubes o convidaram e perdeu no Maracanã jogando como amador. Foi político precoce aos 29 anos, inaugurando a carreira como chefe de gabinete do Governador Carlos Lacerda, e é de novo estreante, ao reaparecer como candidato depois de ter sido um Deputado federal desencantado que, em 1970, desistiu do mandato. Pertenceu à Arena sem nunca ter se declarado arenista convicto, mas o Partido de verdade que pretendeu criar em 1967 — o Parede — gorou.

Toda essa trajetória o advogado Rafael de Almeida Magalhães conseguiu cumprir, sem jamais ter mudado a característica básica de sua atividade política — a simpatia pessoal unanimemente reconhecida, aliada à fluência verbal e à aparência cultivada no esporte, recursos que lhe prometiam, na década de 60, um futuro de fenômeno eleitoral. Era o tempo em que se dizia, no país, que as grandes campanhas políticas passariam a se decidir na televisão. No entanto, ele escolheu para voltar à cena uma eleição em que vigora a Lei Falcão.

Pela segunda vez, sua vocação para política é colhida dentro de um dos maiores e mais prósperos escritórios de advocacia do Rio de Janeiro — o seu pai, o signatário do Manifesto dos Mineiros, Dario de Almeida Magalhães — e empurrada à militância pela passagem de uma estrela em movimento. Há 20 anos, foi o udenista e amigo da família Carlos Lacerda, em campanha para o Governo da Guanabara. Para seus comitês eleitorais dizia-se que a mera simpatia do jovem Rafael de Almeida Magalhães arrastara 200 colaboradores voluntários, técnicos de sua geração universitária e de seus times da Zona Sul, dispostos a trabalhar gratuitamente preparando os planos da administração Lacerda.

Agora, quando estava afastado

havia mais de sete anos, quem o apunhou no mesmo escritório foi o Senador Teotônio Vilella, em plena campanha solitária pela elaboração do Projeto Brasil. O advogado Rafael de Almeida Magalhães, numa das passagens do Senador pelo Rio, foi novamente contaminado pelo vírus da dissidência arenista — que jamais lhe saíra do sangue. Foi dissidente até como vice-líder do Governo Costa e Silva, quando na Câmara dos Deputados promoveu a aparição de um grupo empenhado em dar substância à Arena, através de uma fórmula considerada realista: era preciso aproximar os políticos dos militares que estavam no Poder, para insuflar-lhes os programas de reformas de que os regimes em voga na América Latina careciam. Inspirava-os o exemplo da Bolívia e do Peru, onde a receita parecia dar certo.

O Deputado Rafael de Almeida Magalhães chegou a propor, diretamente, o Marechal Costa e Silva que fizesse um Governo ousado. O Marechal retrucou que estava muito velho para viver perigosamente e o Deputado foi dos raros arenistas que, convidados, não compareceram à festa de sua posse, no Hotel Nacional de Brasília. Estava hospedado ali no dia da cerimônia. Mas saiu antes, comentando que achava esse tipo de acontecimento social maçante.

Regressa, portanto, como dissidente, redator do projeto Brasil, simpatizante de primeira hora da Frente Nacional de Redemocratização e, como todos os políticos que a integram, provável organizador do futuro Partido que virá sanar a monotonia da Arena e do MDB. Essa inquietação o fez começar como lacerdista, mas se afastar politicamente do ex-Governador, quando ele ainda não fora cassado pelo AI-5 e representava um suporte indispensável para a eleição de Governador que o Deputado Rafael de Almeida Magalhães parecia interessado em disputar, na sucessão do Sr Negrão de Lima. Foi vice-líder do Presidente Costa e Silva, mas rompeu com o Governo por carta. Defendeu a anistia de estudantes expulsos das universidades e proibidos de estudar em 1966. Recolheu-se depois do recesso, em 1969, e só reapareceu na Câmara para se proclamar enfadado. Largou, assim, a cadeira na bancada carioca que conquistara, quatro anos antes, com 90 mil votos, 22% de todos os que a Arena conseguira naquelas eleições da Guanabara. Ironicamente, porém, sua carreira política começou por um caminho que a Frente, o projeto Brasil e as dissidências arenistas abominam: foi o primeiro vice-governador eleito pelo voto indireto no Brasil pós-64, quando as reformas constitucionais feitas na Revolução ainda não haviam descoberto a medida.

Arquivo



Com Garrincha, o médio-apoiador Rafael jogou descalço